



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ENSINO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO ESCOLA DA TERRA:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA
DOCENTES QUE ATUAM DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL AOS
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO ESTADO DE
MATO GROSSO”**

CUIABÁ/MT
2023

Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso

Prof. Dr. Evandro Aparecido Soares da Silva

Telefone: (65) 3615 8301

Diretora do Instituto de Educação

Profª Drª Rute Cristina Domingos da Palma

Telefone: (65) 3615 8430

Coordenadora Adjunta do Curso

NILZA CRISTINA GOMES DE ARAÚJO

Titulação: Doutora

Unidade de Lotação: DEOE/Instituto de Educação

Regime de trabalho: DE

Telefone: (65) 3615 8441 / (65) 981038238/ (65) 993087921

E-mail: nilzacga@hotmail.com

Professora Formadora

DEJACY DE ARRUDA ABREU

Titulação: Doutora

Unidade de Lotação: DEOE/Instituto de Educação

Regime de trabalho: DE

Telefone: (65) 3615 8441 e (65) 984138333

E-mail: dejacy@gmail.com

Professora Supervisora

SANDRA REGINA GEISS LORENSINI

Titulação: Doutora

Unidade de Lotação: DEOE/Instituto de Educação

Regime de trabalho: DE

Telefone: (65) 9972-2337

E-mail: sandralorensini@gmail.com

Endereço de funcionamento do Curso (Correspondência oficial)

Instituto de Educação/UFMT

Av. Fernando Correia da Costa, n.º 2367 – Boa Esperança

CEP: 78060-900 – Cuiabá/MT – Tel.: (65) 36158431 – Fax: (65) 36158440



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PROGRAMA ESCOLA DA TERRA | PLANO DE TRABALHO 2023-2024

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
1.1 Instituição Proponente	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
1.2. CNPJ	33.004.540/0001-00
1.3. Endereço	Avenida Fernando Corrêa da Costa número 2.367, Cuiabá - MT
1.4. Unidade Executora	Instituto de Educação
1.5. Coordenação	Coordenadora Adjunta Curso: Nilza Cristina Gomes de Araújo CPF: 66719720104 Categoria: Professor de Ensino Superior Telefone: 65- 993087921 Email: nilzacga@hotmail.com
1.6. Curso	Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra: Práticas Pedagógicas em Educação do Campo para docentes que atuam desde a Educação Infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Mato Grosso
1.7. Área Sub-Área	Educação / Ensino e Organização Escolar
1.8. Modalidade	Aperfeiçoamento
1.9. Carga Horária	180 Horas
1.10 Número de Vagas	130 vagas
1.11. Meta Física	Formar 120 professores da rede de ensino municipal e estadual de Mato Grosso.
1.12. Local de Realização	Instituto de Educação da UFMT, Campus de Cuiabá atendendo as seguintes cidades: Barra do Garças, Cuiabá, Diamantino, Rondonópolis, Tangará da Serra e Várzea Grande.
1.13. Início do Curso	Dezembro de 2023

1.14. Término do Curso	Junho de 2024
1.15. Parcerias Envolvidas	MEC - SECADI, Universidade Federal de Mato Grosso, Secretarias municipais e estadual de Mato Grosso

II. OBJETO DO TED

Trata-se de um TED para prover recurso/custeio para a realização de um curso de formação continuada, em nível de Aperfeiçoamento presencial, para professores, vinculado à Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), da DIPECEI/SECADI/MEC em parceria com Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no âmbito do Programa Escola da Terra. Deste modo, apresentar-se-á neste documento, as diretrizes estruturais do Curso de Aperfeiçoamento intitulado “Escola da Terra: Práticas Pedagógicas em Educação do Campo para docentes que atuam desde a Educação Infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Mato Grosso” cuja carga horária será de 180 horas subdivididas em Tempo Universidade (TU), 100 horas e Tempo Comunidade (TC) no total de 80 horas.

III. JUSTIFICATIVA

Nesta 3ª Edição do curso de Aperfeiçoamento do Programa Escola da Terra no estado de Mato Grosso (MT), abrilhantamos o início de nossa proposta escrita, com um poema de autoria de uma professora cursista de nossa 1ª Edição da Especialização que terminou em abril do corrente ano de 2023. Essa narrativa poética que foi socializada na finalização desta formação expressa brevemente os marcos históricos referentes as lutas pela Educação do Campo ao longo dos tempos e nos relembra que a participação de todos os sujeitos envolvidos com as questões da terra nos trazem força e entusiasmo para seguir adiante com as ações deste Aperfeiçoamento.

LETRAS VIVAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Foi garantido na Constituição Federal do meu país

O reconhecimento pelas diferenças existentes em seus Territórios

Assim nas leis de diretrizes e bases estava disposto
Um Artigo que não explicava muito bem como deveria ser
A Educação para os povos do Campo das águas e das florestas,
Mas os movimentos sociais do campo
Levantaram a bandeira e para explicar como deveria ser
Fizeram encontros, conferências e imprimiram nos
Textos bases como deveria ser a Educação para o povo do campo
E foram aos poucos se tornando Leis, Decretos e Pareceres
Assim dito estar, é a luta agora e não pode parar
As letras dever ser palavras vivas e jamais palavras mortas
Desta maneira os povos do campo, das águas e das florestas
Precisam continuar lutando para que
Viva estejam as letras escritas na garantia de
Seus Direitos negados por muito tempo.
25 anos depois da Primeira conferência
A luta deveria ser outra
Porém ainda é “NÃO FECEM AS ESCOLAS DO CAMPO”.
Para os povos do campo, das águas e das florestas
A Educação significa o reconhecimento pleno dos territórios
Assim a Educação do Campo só terá o seu firmamento
Com a participação dos sujeitos envolvidos.
Educação do Campo é o próprio sujeito coletivo.

*(Euzemar Fátima Lopes Siqueira - Cursista da Especialização do Programa Escola da Terra/ MT-
2023)*

Embalados por esta poesia, nos conscientizamos ainda mais, sobre nosso dever enquanto universidade pública de qualidade em nosso país, de oferecer mais um curso voltado para a formação continuada de educadores que atuam em contextos de Escolas do Campo de Mato Grosso, uma vez que ao longo de nossa história educacional

registram-se poucas políticas e formações dedicadas exclusivamente para os professores que atuam no contexto campesino. Sendo assim, este curso será ofertado a partir de agosto de 2023 com previsão de encerramento até março de 2024, como 3ª Edição do curso de Aperfeiçoamento do Programa Escola da Terra no Estado de Mato Grosso (MT) possuindo carga horária de 180 horas totais, visando formação para o desenvolvimento do profissional docente da educação do Campo.

Concebendo o Campo como espaço de construção e (re)construção de saberes e fazeres diversos e em respeito às produções intelectuais daqueles que lá vivem, que a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Campus Cuiabá, por meio do seu Instituto de Educação (IE) tem a grata satisfação de celebrar a parceria institucional com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do MEC para a realização **desta 3ª Edição do Programa Escola da Terra no Estado de Mato Grosso**. Nesse sentido, propomos o presente projeto de formação continuada, modalidade aperfeiçoamento aos professores que trabalham preferencialmente nas chamadas escolas multisseriadas do campo com docentes que atuam desde a Educação infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental” contemplando a rede pública de ensino do Estado de Mato Grosso, seja ela municipal ou estadual. Essa ação/formação quer fortalecer o desenvolvimento profissional daqueles que lá atuam, propõe ainda ações/estudos/reflexões que ajudam a construir conhecimentos utilizando-se de recursos pedagógicos que estimulem a valorização do contexto sociocultural do campo. Assim, buscaremos observar os princípios da Escola da Terra instituída no MEC/SECADI pela Portaria n. 579, de 2 de julho de 2013, para dar concretude ao Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo e ao “Decreto da Educação do Campo” (Decreto n. 7.352/10).

Nessa compreensão a universidade pública expressa seu desejo e compromisso novamente, com aqueles que atuam nas escolas públicas municipais e estaduais de Mato Grosso, pois compreendemos essa formação como expressam Santos; Lucini (2010), ao dizerem que:

[...] é necessário que se pense numa formação de professores que considere as dificuldades de acesso à formação pelos professores. Mas, também, que considere que tanto eles, quanto seus alunos, detêm saberes que deve fazer parte de currículo próprio, porque ser professor do campo é igual a qualquer lugar do Brasil, mas cada região detém especificidades próprias, que devem ser consideradas durante o processo formativo do docente para atuar na área rural (2010, p.8),

Nessa perspectiva concebida e refletida pelos autores, que entendemos que o espaço do Campo possui múltiplos tempos, saberes e fazeres e é nessa perspectiva que a educação e a vida escolar confundem-se com a história da caminhada de homens, mulheres, adolescentes e crianças de família camponesa que buscam na terra, qualidade de vida e subsistência.

No viés, das escolas multisseriadas e unidocentes que nascem os desafios às políticas públicas do campo, uma vez que apresentam historicamente um quadro deficitário no que se refere a formação do campo bem como, de esvaziamento do conteúdo teórico desenvolvido em seu interior, por essa razão têm sido constantemente criticadas pela baixa eficiência e qualidade, conforme pesquisa Inep (2006),

[...] o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infra-estrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nestes aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo os anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental.

Em atenção à essas necessidades que propomos o curso de Aperfeiçoamento, organizado de forma a viabilizar aos que trabalham na rede pública de ensino um retorno à universidade para se aperfeiçoarem. Conforme nos aponta o caderno pedagógico: Educação do Campo Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (2023),

[...] nosso Estado de Mato Grosso é extremamente diverso, marcado por uma grande extensão territorial e por uma ampla diversidade natural, sendo composto de Cerrado, Amazônia e Pantanal, além de uma enorme diversidade cultural. Considerando essa diversidade, pensar e repensar a Educação do Campo como política pública educacional e discuti-la com a sociedade, focando-a como política articulada e conectada com o mundo, é a meta estabelecida pelos gestores que perpassam pelos caminhos da educação pública estadual .

Propomos que o presente projeto de formação continuada, abarque nossa diversidade territorial, que continue sendo uma formação que fortaleça o desenvolvimento profissional propondo ações/estudos/reflexões que ajudem a construir conhecimentos utilizando-se de recursos pedagógicos que estimulem a valorização do contexto sociocultural do campo.

Buscar-se-á observar os princípios da Escola da Terra instituída no MEC/SECADI pela Portaria n. 579, de 2 de julho de 2013, para dar concretude ao Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo e ao “Decreto da Educação do Campo” (Decreto n. 7.352/10). Segundo a Portaria da Escola da Terra, o objetivo da formação continuada dos profissionais que atuam no campo visa no “fortalecimento das propostas pedagógicas e na construção de metodologias adequadas às comunidades atendidas, no sentido de elevar o desempenho dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental que compõem suas turmas, bem como no fortalecimento do espaço escolar como lugar de vivência social e cultural. Guiados pelas Diretrizes no Art. 25- “Os professores devem levar em conta a diversidade sociocultural da população escolar, a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos alunos” (BRASIL, 2010).

Na realidade das nossas escolas do campo de Mato Grosso (MT), as condições também se apresentam adversas, falta materiais didático-pedagógicos e formação continuada, há sobrecarga, acúmulo de funções e precarização das estruturas. No geral,

constata-se uma rotatividade dos professores que atuam nas escolas do campo, justamente onde seria necessária a experiência de docência acumulada ao longo da vida. Não é demais lembrar as dificuldades que os professores enfrentam no planejamento e organização do trabalho pedagógico nestas escolas, porque lidam com educandos de faixas etárias, interesses e níveis de aprendizagem muito variados.

Neste sentido, a Educação do Campo, como instrumento de ação político-social, assume função estratégica na afirmação da identidade campesina e na formulação de um novo projeto político para o campo. É importante reconhecer, a necessidade de formação e valorização do professor educador do campo, visto que as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos últimos anos, com o processo de modernização da produção no campo, aliado ao processo migratório campo/cidade, cidade/campo, promoveram, sob vários aspectos, a urbanização desse espaço social.

A educação no campo, assim como na cidade, exige do educador um diálogo cultural permanente com seus alunos e as comunidades em seu entorno. Daí a necessidade de ressocialização, eliminando o preconceito e a placidez pedagógica que desfavorece o aprendizado, principalmente das populações campesinas, ribeirinhos, pequenos agricultores, indígenas, quilombolas, entre outros. Essas populações possuem conhecimentos práticos do mundo em que vivem e esperam que o professor, a partir da interação com a realidade campesina, possa contribuir com a sua formação escolar oferecendo-lhes cabedal científico e filosófico, na perspectiva de valorização de seus conhecimentos, do conhecimento historicamente acumulado, promovendo assim, uma mobilização e articulação de conhecimentos, saberes e fazeres.

Para isso, faz-se necessário que o educador rompa com as ideologias educacionais que desconsiderem a cultura, os costumes, o saber da população que ele quer educar, reconhecendo essa população como parte dinâmica da complexidade que adquire o trabalho (assim como o seu universo sócio-ambiental e cultural), provocado pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação como parte do processo de modernização da produção no campo.

Para ampliar nossa compreensão e reflexão Fernandes; Molina, (2005),

[...] defendem o campo como espaço de particularidades e matrizes culturais. Esse campo é repleto de possibilidades políticas, formação crítica, resistência, mística, identidades, histórias e produção das condições de existência social. Cabe, portanto, à educação do campo, o papel de fomentar reflexões que acumulem forças e produção de saberes, no sentido de contribuir para a negação e/ou desconstrução do imaginário coletivo acerca da visão hierárquica que há entre o campo e a cidade. Essas são ações que podem ajudar na superação da visão tradicional do imaginário social do jeca-tatu e do campo como espaço atrasado e pouco desenvolvido.

Desta forma, a educação do campo constituir-se-á em uma educação de respeito e diálogo com a diversidade cultural, com a singularidade desse espaço social, possibilitando ao seu público a compreensão e acesso à complexa sociedade moderna, que produz não só novas formas de trabalho, mas também, diversidades e diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais. Procurará estabelecer uma consciência ecológica e preservacionista do mundo natural, palco principal da vida humana.

Nesse entendimento, as exigências educacionais que se põem aos profissionais da educação constituem desafios com novos processos de socialização à medida que os processos de modernização/tecnologização avançam em todas as dimensões e criam uma inédita convergência sócio-econômica e cultural à clássica dicotomia campo/cidade. Portanto, estes processos impõem um novo tipo de ser educador, ou seja, um profissional qualificado nas áreas de conhecimentos, por exemplo, nas áreas: pedagógica; sociológica; antropológica, filosófica contextualizadas e centradas na história do homem do campo, no processo educativo que lhe permita o desempenho de uma pedagogia que acompanhe as diferenças processadas na sociedade como expressão da luta histórica pela formação sócio-educacional. Para tanto, nos ajuda a pensar Caldart (2004), ao dizer-nos que:

Não se trata de inventar um ideário para a Educação do Campo; isso não repercutiria na realidade concreta. O grande desafio é abstrair das experiências e dos debates, um conjunto de ideias que possam orientar o pensar sobre a prática de educação da classe trabalhadora do campo; e, sobretudo, que possam orientar e projetar outras práticas e políticas de educação (p. 16).

Tendo presente, o que a referida autora ressalta e nos alerta consideramos de fundamental importância a consolidação do curso de Aperfeiçoamento nas escolas do campo de Mato Grosso, visando desse modo o fortalecimento das populações do Campo, o avanço nas transformações crítica em prol de uma nova sociedade regida pela humanização e dignidade do ser humano; o combate ao analfabetismo; a elevação da escolaridade dos sujeitos, das populações camponesas possibilitando-lhes a ampliação do seu universo cultural e de padrão de vida. Entendemos que esse fortalecimento pode vir com as contribuições da educação via formação do professor do campo. Em vez de nos ouvir, o professor vai falar do que lhe é conhecido, a sua prática escolar. Ao mesmo tempo, o Curso de aperfeiçoamento propõe dar legitimidade ao saber que vem deles, da sua realidade. Com a modalidade de alternância entre o Tempo Universidade x o Tempo Comunidade presencialmente, os textos de estudos no seu conjunto, as propostas de tarefas, o trabalho comprometido do professor formador, do tutor e de toda a equipe formadora, podem ser favoráveis para o fortalecimento e aproximações entre os sujeitos sociais, podem também motivar ações conjuntas de enfrentamento dos desafios que lhes apresentam, baliza para uma formação de sujeitos emancipados.

Nesse interesse, nos apoiamos na Lei nº 9394/96 no capítulo II, artigo 28 que trata da legitimação da educação do campo possibilitando a adaptação desta educação às peculiaridades do campo de cada região nas várias modalidades de educação escolar. Esta perspectiva vem sendo buscada ao considerar a formação de professores da Educação do/no Campo uma necessidade no Estado de Mato Grosso, com vista a uma melhor qualificação da aprendizagem dos sujeitos envolvidos com esse nível de ensino. A formação específica para professores que atuam em contextos camponeses é questão resolvida e defendida por diferentes autores como (ARROYO, 2007; ARROYO, FERNANDES, 1999; CALDART, 2004; MOLINA; HAGE, 2015), entre outros, por fortalecer o compromisso político-social com uma docência capaz de formar cidadãos críticos e transformadores no campo, capaz de superar situações de dominação e exploração, no que diz respeito à ausência de políticas públicas no campo

e esse comprometimento perpassa pela formação política dos profissionais que atuam no campo.

Segundo Siqueira (2018) o Estado de Mato Grosso possui extensão territorial de 903.357,908 km² de área, o que o torna o terceiro nessa categoria. Esse espaço geográfico sofreu um processo de ocupação de forma diversa, em momentos históricos distintos, sendo que as migrações trouxeram pessoas de todas as unidades federativas do Brasil, ocorrendo a multiterritorialidade, cruzamento de culturas, tradições e identidades distintas no mesmo lugar. No referido espaço, 20% da população mora no campo e desenvolve suas atividades no campo.

De acordo com dados disponibilizados pela SEDUC-MT, pela Coordenadoria de Educação Escolar do Campo e Quilombola, o estado de Mato Grosso neste ano de 2023 está atendendo em sua Rede Estadual de Educação estudantes do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos. São atendidos 34.667 estudantes sendo que 12.085 são atendidos em 727 salas anexas. Mato Grosso conta com 3(três) escolas agrícolas e 10 (dez) escolas de ensino integral, e 130 escolas do campo e 727 salas anexas.

Respeitando este contexto, desde 2010, a Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso tem o seu organograma reestruturado para melhor atender às diversidades educacionais e, pelo Decreto n.º 2.556, publicado no Diário Oficial de 19 de maio de 2010, institui-se a Superintendência de Diversidades Educacionais, que, em dias atuais recebe a denominação de Superintendência de Políticas de Diversidades Educacionais, onde se encontra alocado a Gerência de Educação do Campo e Quilombola. Sendo assim, em seu regimento interno, a Seduc-MT homologa, pelo Decreto n.º 807, de 17 de janeiro de 2017, a missão e competência de cada setor, destacando-se o artigo 67:

A Gerência de Educação do Campo tem como missão, acompanhar a execução das Políticas Públicas para a Educação do Campo no Estado de Mato Grosso, competindo-lhe: I - propor, acompanhar e avaliar a implementação da Política Pedagógica e Orientações Curriculares da Educação do Campo do Estado de Mato Grosso; II - orientar,

acompanhar e avaliar a construção do Projeto Político Pedagógico em consonância com as Diretrizes Operacionais Nacionais para a educação do campo e as Orientações Curriculares da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso; III - mapear as demandas de formação inicial e continuada dos profissionais da Educação do Campo; IV - acompanhar e avaliar a execução da formação inicial e continuada na área da Educação do Campo; V - mapear a demanda de ações e projetos escolares relacionados à Educação no Campo, de forma articulada com outras instituições; VI - participar do Comitê Interinstitucional Permanente da Educação do Campo - CI CIPEC e demais comissões de representação social que tratem das questões da Educação do Campo, as Políticas de Educação do Campo no Estado de Mato Grosso; VII - estruturar o acervo literário que aborde as temáticas da educação no campo para as unidades escolares do campo; VIII - acompanhar e orientar a produção de material didático, paradidático e pedagógicos específicos para a modalidade de Educação do campo; IX - acompanhar a transferência de recursos financeiros estabelecidos mediante parcerias firmadas com as instituições de ensino superior (IES) e outras instituições públicas, observando-se os critérios para a sua execução; X - subsidiar a formação dos técnicos pedagógicos e professores nas temáticas inerentes da Educação do Campo, para atuarem junto as unidades escolares. (SEDUC-MT, 2017).

Com o apoio da SEDUC- MT, e sua Superintendência de Políticas de Diversidades Educacionais, onde se encontra alocada a Gerência de Educação do Campo e Quilombola, com a equipe projeto que apresentamos no âmbito da Formação da Escola da Terra/ SECADI/MEC tem-se como finalidade oferecer aperfeiçoamento aos profissionais que atuam nas escolas do campo, preferencialmente nas classes multis, quebrando com os estereótipos que os sujeitos do campo são historicamente desprovidos de conhecimentos. Neste sentido, o Instituto de Educação (IE) em parceria com as secretarias municipais e a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (MT) propõe-se a oferecer o *“Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra: Práticas Pedagógicas em Educação do Campo para Docentes que atuam desde a Educação infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Mato Grosso”*. Considerando as realidades das escolas e municípios envolvidos com o curso, reafirmamos que o diálogo, a valorização do profissional docente do campo, dos seus

saberes e o respeito pelo seu espaço e cultura são valores que perpassarão a proposta deste curso de Aperfeiçoamento.

Propõe-se uma estrutura pedagógica que corresponda aos anseios das sociedades que vivem no campo. Desta forma, a metodologia do curso de Aperfeiçoamento centra-se na forma de trabalho observando dois tempos que são interligados, Tempo-Universidade - TU - (100 horas módulos de formação e seminário final) Tempo-Comunidade - TC- (80 horas projeto de intervenção) considerando nesse projeto o regime de alternância pedagógica.

A formação do Tempo-universidade (100h) será realizada em três grandes áreas compostas por módulos desenvolvidos em período integral. Este serão organizados na forma de palestras, grupos de estudos e trabalho, plenárias de debate, oficinas e saberes culturais. Do total das 100 horas previstas no T-U, 10 horas será reservado ao seminário final, onde acontecerá a socialização dos projetos de intervenção realizados pelos professores no tempo-comunidade. Os quais serão tratados como dados científicos refinados pelos cursistas tendo em vista de uma publicação formato artigo/ livro/ ou E-book.

IV. OBJETIVOS

Nesse contexto, a 3ª Edição do curso de Aperfeiçoamento do Programa Escola da Terra em Mato Grosso, pretende continuar almejando alcançar os objetivos abaixo descritos, aos quais orientará a proposta de formação pedagógica construída para atender a realidade da Educação do campo.

Geral:

Realizar formação continuada específica – no nível de aperfeiçoamento total de 180h para 120 professores que atuam nas escolas do campo nas localizadas em seis polos de Mato Grosso (Barra do Garças, Cuiabá, Diamantino, Rondonópolis, Tangará da Serra e Várzea Grande)

Específicos:

- a) Contribuir para a oferta de educação contextualizada às realidades de suas populações, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Escolas do Campo. Soma-se a isso a iniciativa de articular e consolidar parcerias entre os sistemas Federal, Estadual e Municipal e os Movimentos Sociais para o fortalecimento da Educação do Campo;
- b) Analisar, discutir e se apropriar dos fundamentos teóricos e da produção do conhecimento sobre a pedagogia histórico-crítica e sua aplicação nas escolas do Campo, em específico para as Classes Multisseriadas;
- c) Conhecer, discutir e apresentar as possibilidades metodológicas de organização do trabalho pedagógico nas escolas públicas do campo;
- d) Pensar e discutir, sobre a base Pedagogia histórico-crítica quanto ao uso de tecnologias da informação e comunicação no campo para uma apropriada atenção às crianças das escolas do campo considerando suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento infantil;
- e) Contribuir com a elevação do pensamento teórico – atitude crítica – dos professores das escolas do campo frente a projetos e programas para classes multisseriadas no campo;
- f) Elaborar projeto de intervenção pedagógica, de desenvolvimento de material didático em classe multisseriada voltados à cultura pedagógica da escola do campo.

V. PERFIL DO PÚBLICO

Docentes que atuam na educação básica do campo desde a Educação Infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Mato Grosso exercendo à docência preferencialmente nas salas multisseriadas ou classes unidocentes ou em salas de aula do campo que compõe o Estado de Mato Grosso.

VI. PERFIL DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO E FORMAÇÃO

- Coordenador Adjunto do Projeto (1) - Dra. Nilza Cristina Gomes de Araújo
- Supervisor de Curso (1)- Dra. Sandra Regina Geiss Lorensini
- Professor Formador (1) -Dra. Dejacy de Arruda Abreu
- Professor Pesquisador Formador (4) *
- Professor – Pesquisador Conteudista (1) *

** Todos serão professores doutores envolvidos com as discussões do Campo e serão definidos posteriormente, após aprovação do projeto.*

VII. DESENVOLVIMENTO DO CURSO

7.1. Conteúdos Programáticos

A metodologia proposta neste curso tem como orientação articular a teoria e a prática dos nossos educadores do campo com o objetivo de criar condições teórico-metodológicas para que esses educadores na condição de cursistas façam estudos, diagnósticos e projetos que problematizem os elementos concretos de sua realidade possibilitando desenvolver um projeto de intervenção como produto final. O curso valorizará, também, a auto-organização dos estudantes/ profissionais do campo, no intuito de suscitar espaços para a autonomia e o protagonismo destes no processo de desenvolvimento humano e profissional. Com esta finalidade apresentamos neste item 7.1 as áreas de conhecimentos, seus módulos de aprendizagens e respectivos ementários.

ÁREA DE CONHECIMENTOS I- Movimentos saberes e fazeres:
Contextos, fundamentos teóricos-práticos da Educação do/no Campo

Carga Horária total: 30 horas	Caracterização dos Módulos e Conteúdos Programáticos
---	---

10 horas	Módulo 1- Educação Rural/Campo: contradições. Os movimentos sociais populares e a educação do campo; a Educação do Campo, como direito humano no contexto atual.
10 horas	Módulo 2- Fundamentos da Educação do/no Campo: História, especificidades, princípios, legislação, políticas públicas e gestão da educação do campo.
10 horas	Módulo 3- Saberes que permeiam o Campo: Agroecologia, Pedagogia da Alternância, Agricultura Familiar e Economia Solidária. Proporcionar discussões acerca do reconhecimento de toda a diversidade sociocultural do campo, bem como sobre a garantia do direito à igualdade e à diferença atendendo a legislação (quanto a recomendação de considerar as finalidades, os objetos de conhecimentos e metodologia e os processos próprios de aprendizagem dos estudantes do campo), contribuir para a construção de identidades socioculturais dos estudantes do campo. Trazer enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e das agriculturas convencionais para um modelo pautado na agricultura sustentável e desenvolvimento local.

ÁREA DE CONHECIMENTOS II- Movimentos saberes e fazeres: Planejamento, currículo e práticas Pedagógicas Educativas Saberes e fazeres do Campo

Carga Horária total: 30 horas	Caracterização dos Módulos e Conteúdos Programáticos
10 horas	Módulo 1- Currículo: Concepções de currículo, tendências e as formas de organização curricular da educação do campo; Reflexões a respeito de propostas curriculares voltadas às escolas do campo; A relação escola-comunidade: a realidade do campo.
10 horas	Módulo 2- Escola do Campo e seu Projeto didático, Político e Pedagógico: Importância e Planejamento Pedagógico. Organização do trabalho pedagógico, práticas pedagógicas em sala de aula e na comunidade. Práticas pedagógicas em classes multisseriadas; Planejamento pedagógico e avaliação da aprendizagem em salas multisseriadas.

10 horas	Módulo 3- Introdução à Práticas Pedagógicas /Projeto Vivencial do Campo. Elaboração e desenvolvimento de projetos de intervenção (PV) social e pedagógica. Orientações iniciais para elaboração do projeto de intervenção

ÁREA DE CONHECIMENTOS III- Movimentos saberes e fazeres: Linguagens e Matemática na Educação do Campo

Carga Horária total 40 horas	Caracterização dos Módulos e Conteúdos Programáticos
10 horas	Módulo 1- Alfabetização e Letramento no Campo: Compreender a concepção de alfabetização na perspectiva do letramento. Reflexões sobre ambiente alfabetizador que favoreça a aprendizagem das crianças. Apresentar diferentes práticas sociais que possibilitem a garantia dos direitos de aprendizagem no que se refere as áreas de leitura e da escrita abrangendo discussões teóricas até o final do ensino fundamental.
05 horas	Módulo 2- Letramento Literário no contexto do Campo: Compreender a importância da Literatura desde a Educação Infantil até os anos finais do ensino fundamental, bem como planejar situações de uso de obras literárias em sala de aula.
10 horas	Módulo 3- Educação Matemática para o Campo: Apresentar e aprofundar conhecimentos sobre a relação entre Educação do Campo e a Educação Matemática. Apresentar diferentes práticas sociais da realidade camponesa como disparadoras do trabalho com a Alfabetização Matemática abrangendo discussões teóricas até o final do ensino fundamental.

05 horas	Orientação para construção do projeto de intervenção
----------	--

SEMINÁRIO SOCIALIZADOR

Carga Horária total	Conteúdos Programáticos
10 horas	Seminário socializador Práticas pedagógicas: Projeto Vivencial do/no Campo.

Três grandes áreas divididas em 09 (nove) módulos formativos e um seminário geral. As disciplinas/módulos de cada unidade estão previstas para acontecerem em quatro encontros presenciais no Instituto de Educação, no Campus de Cuiabá da UFMT. Quanto ao Seminário Socializador final, acontecerá também Instituto de Educação, no Campus de Cuiabá da UFMT de forma presencial.

7.2. Perspectiva Teórico-Metodológica

Nas duas edições anteriores do Aperfeiçoamento do Programa Escola da Terra esta proposta de trabalho formativo docente, que aconteceram em 2017/2018 e 2020/2021, contemplaram um total de 46 cidades matogrossenses, dentre elas destacaram-se as cidades: a) **Primeira Edição 2017/2018** foram atendidos os municípios que compõe a baixada Cuiabana, entendendo as cidades circunvizinhas a Cuiabá, dentre elas destacaram-se: Acorizal, Barão do Melgaço, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande; b) na **Segunda Edição 2020/2021** atendemos os polos de Cáceres, Diamantino, Guarantã do Norte, Primavera do Leste, Sorriso. Nestes polos foram atendidos os municípios de Araputanga, Vale São Domingos, Porto Esperidião, Salto do Céu, Jauru, Glória do Oeste, Mirassol do Oeste,

Comodoro, Nova Maringá, Porto dos Gaúchos, Nova Mutum, Aripuanã, São José do Rio Claro, Juara, Juína, Rosário do Oeste, Novo Mundo, Jaciara, São José do Povo, Tesouro, Dom Aquino, Nova Ubiratã, Sorriso, Sinop, Colíder, Cláudia, Rondonópolis, Itanhangá, Tangará da Serra, Santo Afonso, Guiratinga, Poxoréu, Juscimeira, Campo Verde, Barra do Bugres. Registra-se um total de 240 cursistas com o curso de Aperfeiçoamento em Mato Grosso nestas duas edições já realizadas.

No ano de 2023, nesta 3ª Edição, o curso contemplará seis cidades com distâncias de até 600 km de Cuiabá capital de Mato Grosso dentre elas destacar-se-ão: Barra do Garças, Cuiabá, Diamantino, Rondonópolis, Tangará da Serra e Várzea Grande. Para atendimento dos cursistas no tempo comunidade. Serão solicitadas salas de apoio da UAB no intuito de serem pontos de apoio presencial e tecnológico aos professores formadores, tutores e cursistas para estudo de material que será organizado no AVA - Moodle no Tempo Comunidade.

A proposta de Formação Continuada para Educadores que atuam na Educação do campo busca alicerçar-se na compreensão de que a premissa principal da formação continuada consiste na criação de oportunidades para que o educador pense, reflita especificamente nas três dimensões fundamentais das relações educativas: o professor, o aluno da educação do campo e o conhecimento.

Para atingir os objetivos formativos deste curso, é imprescindível que o trabalho pedagógico seja organizado no processo de alternância entre os períodos de estudos no **Tempo- Universidade** (T-U), que designamos formativo epistêmico e atividades de leitura, socialização com seus pares, pesquisas em vista de diagnósticas locais com suas especificidades e singularidades do campo para construção de projetos de intervenções, o que consideramos como **Tempo-Comunidade** (T-C), que designamos práxis formativa.

7.3 Percurso e Ações Formativas:

a) Tempo Universidade - 100 horas

O Tempo-Universidade- formativo epistêmico é o tempo no qual os (as) educadores(as) permanecem no envolvidos diretamente com os estudos acadêmicos em contato com os saberes teóricos técnico-científicos, articulando-os aos saberes da experiência e de cada realidade do campo. Neste, serão colocados em prática o movimento de Saberes e fazeres que pressupõem o encontro dos saberes científicos/acadêmicos e os saberes da experiência e acontecerão no Campus de Cuiabá na Universidade Federal de Mato Grosso.

b) Tempo-Comunidade - 80 horas

Em atenção aos princípios da Alternância Pedagógica, o professor cursista, nesse tempo (T-C) práxis formativas, será orientado a vivenciar o planejamento construído no Tempo Universidade (T-U) formativo epistêmico, atendendo a especificidade da realidade de sua escola em parceria com sua comunidade. Nesse período eles serão acompanhados pelos professores formadores da universidade e tutores conforme a programação da agenda do curso em suas comunidades ou em local a ser cedido pelos Polos da UAB ou SMEs (Secretarias Municipais de Educação). O Tempo Comunidade se constitui, portanto, momentos formativos propícios para práxis formativa almejando articulação e consolidação de antigos e novos conhecimentos, propiciando o diálogo entre os saberes do campo e os saberes acadêmicos.

O tempo comunidade será caracterizado, também, pela elaboração e desenvolvimento dos projetos de intervenção (PV) social e pedagógica por todos os cursistas, sendo esta uma atividade obrigatória para integralização da formação.

O acompanhamento pedagógico do PV será realizado, sistematicamente, pelos formadores, pesquisadores/formadores e tutores, os quais são responsáveis pela orientação do projeto de intervenção. Os recursos financeiros que viabilizarão o acompanhamento estão previstos no plano de aplicação.

Os componentes curriculares estão organizados em duas grandes Áreas de Conhecimentos subdivididas em módulos que serão intercalados com atividades T-U e T-C, garantindo assim, as condições de permanência dos/as cursistas/docentes do campo no curso.

Cada Área de Conhecimento comportará de três a quatro módulos. O estudo do Projeto Vivencial que é de intervenção permeará todos os módulos tendo como término o Seminário geral do curso.

Em cada Módulo será aberto um espaço denominado roda de saberes com discussões, debates, tira dúvidas sobre as leituras feitas, descobertas e afirmações de aprendizagens.

O curso contará com um professor conteudista que atuará em articulação com os professores formadores que conjuntamente são responsáveis pela elaboração do material didático. A construção e finalização do material terão a supervisão da equipe gestora do curso.

O curso dentro dessa excepcionalidade da realidade social e educacional brasileira já mencionada será construído, também, dentro de uma plataforma digital *Moodle* do AVA institucional da UFMT. Essa proposta nos permite um acompanhamento síncrono e assíncrono do curso atendendo as especificidades de cada município e cursistas. Em vista do lançamento do curso, será feito uma formação com a equipe formadora do curso, realizaremos estudos sobre a estrutura e proposta geral do curso, nessa perspectiva, os envolvidos com a formação poderão tomar conhecimento das ferramentas e estratégias teórico-metodológica do curso, bem como exercitá-la com ajuda de um técnico que dará suporte ao curso.

Feito esses estudos e inteiração da proposta do curso receberemos os nossos cursistas na plataforma, a qual nos dará visibilidade das realidades contempladas e de toda dinâmica do curso. A plataforma funcionará como uma base de apoio complementar de repositório de conteúdos, bibliotecas, videotecas e comunicação geral síncrona e a assíncrona.

O processo de aperfeiçoamento/formação dos professores do Campo está constituído de uma carga horária de 180 horas a ser concretizada com duração de seis meses. A estrutura curricular do curso está distribuída em Três Áreas de Conhecimento compostas por 9 momentos e um Seminário Geral. As áreas de conhecimentos se constituem a saber: **1- Movimentos Saberes e Fazeres:** Fundamentos teóricos práticos da Educação do Campo; **2- Movimentos Saberes e**

Fazeres: Planejamento, Currículo e Práticas Pedagógicas Educativas Saberes e fazeres do Campo; **3- Movimentos Saberes e Fazeres:** Linguagens e Matemática: Fundamentos e metodologias na Educação do Campo.

Como nesta Edição, vamos oferecer aperfeiçoamento para docentes da Educação Infantil e docentes de todo Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, na terceira área de conhecimento faremos as discussões em dois grupos, em duas salas distintas buscando aprofundar os conteúdos: a) aqueles docentes pertencentes a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental; b) aqueles docentes pertencentes aos Anos Finais do Ensino Fundamental.

7.4 Avaliação

A avaliação em cada componente curricular ocorrerá por meio de participação em debates e discussões conforme organização de cada módulo, elaboração de oficinas e sínteses de saberes respeitando a realidade dos cursistas. O resultado do processo de avaliação deverá ser expresso no final do curso por meio da socialização do Projeto de Intervenção (Projeto Vivencial- PV) que será avaliado por conceitos: (A- 9 a 10); (B- 7 a 8). Para que seja aprovado no curso, o aluno deverá ter pelo menos 75% de presença e aproveitamento nas aulas.

A avaliação se dará ainda em outras duas frentes:

a - Da Formação

O acompanhamento pedagógico e gestão da formação continuada serão realizados pela equipe da UFMT e pelos tutores designados pelas redes estadual e municipais de educação com vistas à: a) Sistematização, acompanhamento e orientações para a articulação entre a proposta de formação da Escola da Terra e a prática operacionalizada pelos tutores nos municípios de sua abrangência mensalmente; b) Produção e validação de relatórios dos tutores, da sua área de abrangência, que serão homologados pelo Gestor Nacional, de acordo com calendário previamente estabelecido, a serem encaminhados por meio do sistema de gestão e monitoramento da Escola da Terra. Os relatórios mensais sistematizados dos tutores (assessores pedagógicos) da rede municipal e estadual.

b - Da Ação Escola da Terra

- Visitas de acompanhamento pedagógico às escolas do campo participantes, realizadas pelo menos uma vez ao mês pelos tutores responsáveis pela assessoria pedagógica, para acompanhar o desenvolvimento do trabalho dos professores junto às turmas, buscando contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias de ensino articuladas com os conhecimentos adquiridos no tempo-universidade;
- Produção de relatório mensal de acompanhamento pedagógico referente a cada uma das turmas da Escola da Terra, de acordo com modelo oferecido pelo Ministério da Educação. O relatório de acompanhamento será elaborado pelo tutor responsável pela assessoria pedagógica da rede estadual, distrital e municipal da escola do campo ou escola quilombola e encaminhado ao coordenador estadual, que fará a sistematização e consolidação e enviará, posteriormente, à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

7.5 Das produções- acadêmicas e outras especificações

O curso pretende no final construir uma publicação em formato de livro físico ou Ebook, com objetivo de sistematizar as experiências e algumas produções interventivas construídas ao longo dos estudos das três áreas de conhecimentos. Ainda, havendo possibilidade montar-se-á um kit com algumas obras literárias a partir do que vivenciaram no **Módulo 2- Letramento Literário no contexto do Campo**, para biblioteca de cada escola do cursista concluinte.

VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Projeto Base**. Brasília: SECAD/MEC, 2008, 48 p.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 2002.

_____. ARROYO, Miguel Gonzáles & MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). *Por uma Educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. & JESUS, S. M. S. A. (orgs.). Contribuições para a construção de um projeto de educação do Campo – Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2004. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 5.

_____. As relações sociais na Escola e a Formação do trabalhador. In: BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2005.

FREIRE, Paulo. A dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade. In _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 15. Ed., 1986. P. 77-120.

FREITAG, Bárbara. Quadro Teórico. In _____. *Escola, Estado e Sociedade*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980. p. 15-43.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Trad. de Attílio Brunetta e Hamilton Francischetti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v. 2 - Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo, p. 334.

MATO GROSSO. Governo do Estado. **Decreto n.º 807**, de 17 de janeiro de 2017. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer – SEDUC. Cuiabá-MT, 17.1.2017.

NOSELLA, Paolo. **Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois**. Educação & Sociedade. Vol. 26. Campinas, jan/abr. 2005, p.1-8.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**.

SAUL, Ana Maria. **Seminário Tendências e Prioridades de Currículo na Realidade Brasileira**. Anais: PUC-EDUC. 1984.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO. **Política Pública de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Mato grosso**, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO. **Caderno Pedagógico: Educação do Campo Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio**, 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autênticas, 1999.

SIQUEIRA, Euzemar Fátima Lopes. **Percurso formativo na construção da identidade a partir dos territórios: Programa Escola da Terra – Perspectivas e Desafios**. IN: Coletânea da Terra em Mato Grosso: Práticas Pedagógicas na Educação do campo de professores que atuam em classes multisseriadas. ARAÚJO, Nilza Cristina Gomes de; CORTELLA, Barbára Pereira de Oliveira; VIEIRA, Angelina Mello (orgs). Cuiabá-MT: Print Gráfica e Editora Ltda, 2018.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. In: revista HISTEDBR *On-line*, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun.2010.

TERIGI, Flávia. Notas para uma genealogia do “currículum” escolar. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio grande do Sul. 1996, v. 21, n. 1, p. 159-185, jan./jun.

VIEIRA, Angelina de Melo. A escola e seu currículo na mediação de Projetos societários. In: VIEIRA, Angelina de Melo. **Currículo em ação**: implicações na construção de uma escola democrática, Neterói/RJ. 2009, p.70-84.